

Leonardo Martins Barbosa |

## Os conceitos de desenvolvimento e nacionalismo na crítica ao regime militar

### RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as narrativas por meio das quais autores inseridos no contexto intelectual da Escola Paulista de Sociologia – tais como Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira – organizam a crítica ao regime militar (1964-1985) no Brasil. A hipótese desenvolvida é a de que essas narrativas, constituídas de três experiências ao longo da ditadura, relacionam-se com a crítica realizada ao nacionalismo-desenvolvimentista, durante a década de 1950, e produzem importantes inflexões semânticas em conceitos fundamentais à formação política brasileira, tais como nacionalismo, desenvolvimento e democracia.

### Palavras-chave

Desenvolvimento; nacionalismo; democracia; formação política do Brasil.

### ABSTRACT

*The purpose of this article is to analyze texts in which authors, who form part of the intellectual set of the São Paulo School of Sociology (Escola Paulista de Sociologia), such as Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Francisco Weffort and Francisco de Oliveira, set out their criticisms of the military regime that ruled Brazil between 1964 and 1985. The theory that we come to suggests that these writings, made up of three experiences lived during the dictatorship years, have a link to criticism of developmentalist nationalism seen during the 1950s, and produce important semantic inflections in concepts fundamental to Brazil's political structure, such as nationalism, development and democracy.*

### Keywords

*Development; Nationalism; Democracy; Brazil's political structure.*

## 1. O nacionalismo-desenvolvimentista e a constituição da Escola Paulista

Se mesmo no âmbito da ciência econômica o conceito de desenvolvimento guarda significados diversos e controvertidos, não é surpreendente que carregue uma heterogeneidade semântica compatível com o lugar – central – que ocupa na formação histórica da moderna política brasileira. Mais precisamente, não seria possível compreender a República inaugurada em 1946 – e os processos históricos que nela se articulam politicamente – sem que seja analisada a relação existente entre o conceito de desenvolvimento e outros vocábulos que, em constante, contraditória e complementar interação, dotavam o referido regime de sentidos e significados.

Desenvolvimento e nacionalismo. Seguindo a proposição de César Guimarães<sup>1</sup>, o primeiro concilia visões políticas que se opunham ao término da Segunda Guerra Mundial – a do liberalismo e a do socialismo – por meio da ideia de planejamento e de promoção do crescimento econômico – cada vez mais vinculado ao crescimento da indústria –, concepção construída e fortalecida não apenas pelo êxito econômico soviético, mas também pelas políticas de cunho keynesiano que lograram retirar o Ocidente de sua mais terrível crise. O segundo conceito, por seu turno, fragilizado por sua vinculação com os fascismos, recém-derrotados, surge revigorado pela onda de descolonizações afro-asiáticas. Ainda segundo o autor, o nacionalismo, pelo sentido que adquiriu no processo histórico brasileiro, requeria a participação popular, manifesta na campanha pela criação da Petrobras, e que o tornava um conceito avesso ao consenso político. O nacionalismo obteve relevância e gerava repulsa na medida em que aprofundava a participação popular nos mecanismos decisórios; ou, em outras palavras, na medida em que promovia um mais intenso processo de democratização.

Tão próximos em algumas formulações teóricas, os conceitos de nacionalismo e desenvolvimento guardaram experiências políticas que, por vezes, eram antagônicas e conflituosas entre si. A ponto de permanecer o desenvolvimentismo como principal horizonte político do país durante o regime militar, à exceção – se é que foi de fato uma exceção, e não a consolidação de um modelo já testado na década de 1950 – dos primeiros anos de relativa ortodoxia na condução dos assuntos econômicos. Por outro lado, na experiência democrática, a constituição de um modelo de desenvolvimento alternativo não passara de pontos levantados pela minoritária, embora crescente, Frente Nacionalista. Diferentemente do desenvolvimento, o nacionalismo, durante o regime militar, esvazia-se e só é novamente evocado para reiterar a unidade política do país – ou a exclusão dos

1. GUIMARÃES, C. Vargas e Kubitschek: A longa distância entre a Petrobras e Brasília. In: CARVALHO, M. A. R.; LESSA, R. República no Catete. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.

que a isso são contrários –, em especial, a partir de 1968.

A densidade semântica de um conceito, cuja diversidade de significados resulta da amplitude das experiências humanas nas quais a dimensão da linguagem é componente central, provém do fato de que um mesmo conceito guarda significados que, trabalhados de modos diversos, tornam-se referências a mais de uma experiência e estabelecem nexos entre momentos históricos distintos. A análise das mudanças que são imputadas aos seus significados pode ser reveladora de experiências cujo desdobrar envolve os mais variados espaços de tempo, desde o curto até o longo prazo.<sup>1</sup>

Ambos os conceitos continuaram – e ainda continuam – a ocupar relevante papel na vida política e cultural do Brasil; não é surpreendente, portanto, que, mesmo durante o regime militar, tenha sido rica a produção intelectual sobre os referidos vocábulos. De fato, tanto o nacionalismo como o desenvolvimentismo permaneceram conceitos-chave às narrativas dos intelectuais que, compartilhando, embora não de forma homogênea, uma série de paradigmas e referências acadêmicas comuns, no grupo que foi denominado por alguns como a Escola Paulista de Sociologia,<sup>2</sup> lograram tornar sua crítica ao regime militar a predominante no espaço intelectual brasileiro nas décadas de 1970 e 1980.

É natural que o primeiro procedimento, para compreender qualquer discurso, seja o de conhecer melhor aqueles que o proferem. Difícil, nesse caso, é delinear o limite entre a formação das instituições que conformariam o espaço da Escola Paulista de Sociologia e a construção de sua identidade, a qual foi protagonizada pelos intelectuais que tiveram nela sua referência acadêmica, ou mesmo por terceiros, que de algum modo encontram nela importante interlocução.

Da geração de intelectuais que se formaram sob influência da Escola Paulista, e que emergiram ao contexto intelectual do Brasil durante o regime militar, alguns autores se destacam pela repercussão que suas obras tiveram no meio acadêmico brasileiro. Dentre esses, os autores cujas obras serão objeto de análise deste artigo são: Francisco Corrêa Weffort, Octavio Ianni, Fernando Henrique Cardoso e Francisco de Oliveira. Estes participaram da criação de instituições que marcaram a clivagem entre mestres e alunos, das quais se destaca o Seminário de Marx e o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap), cujo principal mentor foi Fernando Henrique.

Florestan Fernandes, principal mestre, orientador de Fernando Henrique e Octavio Ianni, membro de uma geração anterior, não fez parte, ou o fez de forma marginal, das instituições organizadas por essa nova geração. Isso é significativo, pois estabelece um marco de fundação os que, em um novo momento histórico, conduziram importantes debates sobre a sociedade e a história brasileira. Não é possível, entretanto, compreender a produção acadêmica desse grupo sem que haja referências às instituições que os precederam, nas quais eles desenvolveram parte substantiva de seus trabalhos e na qual Florestan Fernandes teve peso

**1.** Sobre a polissemia de conceitos e da formação de experiências históricas nas quais a dimensão narrativa é imprescindível, ver: KOSELLECK, R. *Futuro passado dos tempos históricos: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Contraponto, 2006.

**2.** Sobre o termo Escola Paulista, ver: SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001; MICELE, S. *Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais*. In: MICELE, S. (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vertice, 1989; VIANNA, L. W. *Weber e a interpretação do Brasil*. In: SOUZA, J. *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1999; VIANNA, L. W. *A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

decisivo antes, durante e após o golpe de 1964.

A Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo foi criada em 1933, antes mesmo da Universidade de São Paulo, cuja fundação data de 1934. Isso contribuiu para que a escola se tornasse uma dos marcos de fundação dos intelectuais que nela atuaram. Mas, como sugere o pressuposto teórico que embasa este artigo, não apenas os fatos importam, mas também a interpretação que deles se faz; e a interpretação dominante sobre o significado que teve a Escola Livre de Sociologia e Política para o pensamento intelectual brasileiro teve em Florestan Fernandes um de seus principais autores.

Florestan ajudou a organizar o Departamento de Antropologia e Sociologia da USP, em 1947, e tornou-se assistente catedrático e professor interino até 1964, quando assume definitivamente a titularidade da cátedra. É, principalmente, ao fim da década de 1950 que formulará interpretações sobre as particularidades da obra oriunda do instituto em que trabalha. Para que esse fim fosse atingido, a polarização com os escritos dos intelectuais do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado em 1955, foi uma estratégia comumente usada.

Luiz Werneck Vianna descreve com clareza a polarização que se forma e seu impacto na constituição de uma identidade intelectual aos sociólogos da Escola Paulista. O objeto prioritário de análise seria a modernização do Brasil; mas interpretada sob uma ótica específica. Afirma Werneck Vianna:

A oposição atraso-moderno deveria ser resolvida no plano societário, e não pela ação demiúrgica de um Estado sobreposto às classes sociais, qualificando o seu transformismo como de tipo societal, na medida em que operaria seus efeitos positivos a partir de transformações moleculares no tecido social, e que trariam consigo uma moderna estrutura de classes e a figura nova do cidadão. [...] Seu campo é o da sociedade civil, dos direitos, da reforma intelectual e moral, da cidadania – em uma palavra, o da constituição de uma ordem social competitiva.<sup>3</sup>

O enfoque societário – com base em um modelo de sociedade civil competitiva e autônoma – seria o aspecto que tornaria particular o trabalho desses intelectuais. Não apenas isso, mas também estariam, nesse enfoque, os germes da modernização, como também essa se realizaria em oposição ao modelo de transformismo estatal, da qual o ISEB seria o principal formulador em fins da década de 1950. A criação do Centro de Sociologia Industrial e do Trabalho (Cesit), em 1951, no âmbito da já referida universidade paulista, consolida essa opção interpretativa por esse centro canalizar sua análise para estudar aquilo que a sociedade pode oferecer de mais moderno, ou ainda, para aquilo que é responsável pela própria modernização da sociedade: seu setor industrial.

Promove-se, segundo Luiz Werneck Vianna, o ideal acadêmico oriundo das proposições sociológicas de Robert Merton. Segundo estas, além de servir como ponto de apoio à modernização da sociedade civil, a universidade também se organizaria de acordo com valores e hierarquia que lhe são internos,

3. VIANNA, L. W. A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004, p. 210-211.

não impostos por forças externas – leia-se, pelo Estado. Opção sábia, em face do contexto histórico no qual foi criada a universidade: aquele de derrota dos revoltosos de 1932. Procura-se, simultaneamente, autonomia em relação a um governo que tenta se afirmar perante as elites regionais e perante a mais forte dessas elites.

O ponto de vista que permearia os intelectuais da Escola Paulista, em suas diversas fases e gerações, seria, invariavelmente, seguindo essa interpretação, aquele de um *outsider* em relação às principais forças e instituições políticas do Brasil da década de 1930 e em relação às da República de 1946, em que pesem as grandes mudanças produzidas no cenário político brasileiro ao longo desse tempo.

Essa perspectiva não impede que a narrativa engendrada pela referida geração de intelectuais da Escola Paulista faça fortes referências ao regime deposto em 1964. Mais que isso, é proposição deste artigo que a crítica à ditadura militar promovida pela geração que se afirma em torno do Cebrap, e a construção do conceito de modernização que a referida geração promove guardam relações simbióticas com a crítica feita à República de 1946, não podendo a segunda ser compreendida sem a primeira. É nesse sentido que dois dos mais caros conceitos à República de 1946, o de nacionalismo e o de desenvolvimento, são submetidos a novos significados e destituídos de outros ao longo da constituição de ao menos três experiências, as quais são diversas e às vezes contraditórias, mas que são também complementares ao formarem um imaginário comum que terá importantes consequências à moderna formação política do Brasil. São elas: a experiência da interpretação do golpe, a da crítica ao seu modelo econômico e a da interpretação da transição democrática.

Não necessariamente as três referidas experiências distinguem-se uma da outra em função de marcos temporais diversos. Cada experiência constituiu diferente concepção sobre o tempo histórico brasileiro, para elaborar referências interpretativas da realidade social brasileira do final da década de 1960 e da de 1970 e que podem, ou não, compartilhar um mesmo marco temporal.

## 2. A experiência do golpe de 1964

A primeira experiência, aquela da interpretação do golpe, tem no conceito de populismo seu principal ponto de apoio, principalmente nas obras de Octavio Ianni e Francisco Weffort. Em 1965 e 1967, este publica dois importantes artigos nos quais analisa o referido conceito, e que vieram a ser publicados em livro ao fim da década de 1978. São intitulados, respectivamente, *Estado e massas no Brasil*, e *O populismo na política brasileira*. É do segundo a origem do trecho citado a seguir em que o populismo é definido como:

[...] ao mesmo tempo, uma forma de estruturação do poder para os grupos dominantes e a principal forma de expressão política da emergência popular no processo de desenvolvimento industrial e urbano.<sup>4</sup>

Trata-se de um conceito que não pode ser compreendido sem que esteja relacionado ao de desenvolvimento. De fato, há uma grande interlocução entre Weffort e as teorias da modernização que se difundiram na América Latina na década anterior à dos artigos do autor paulista. Essa interlocução foi analisada por Jorge Ferreira, que destaca a influência que teve o autor Gino Germani no referido movimento de difusão.<sup>5</sup> O objetivo fundamental dessas teorias era compreender o processo de desenvolvimento tardio e acelerado em sociedades predominantemente agrárias e que estavam se tornando, em pouco tempo, urbanas e industriais. O impacto social desse processo não seria pequeno, e sua consequência era a constituição de uma sociedade não inteiramente moderna, mas que precisaria de um Estado forte – há nesse ponto um forte diálogo com a teoria marxista do bonapartismo, desenvolvido no famoso texto *O 18 brumário de Luís Bonaparte*.

O Estado forte seria inibidor da constituição de uma sociedade civil autônoma, nos moldes da tradição ocidental. O enfoque societário, desenvolvido no seio da Escola Paulista durante a década de 1950, ponte para a polarização com o ISEB e que foi analisado por Luiz Werneck Vianna, retorna com força na definição do conceito de modernização presente nas teorias do populismo.

Essa chave de interpretação da realidade brasileira tem consequências para o entendimento da política brasileira. O conceito de democracia, talvez como maior e mais significativo exemplo, esvazia-se por não referir-se a uma sociedade civil de tipo ocidental – avaliação que recebe contribuições, inclusive, do pensamento marxista: não há classes autônomas e homogêneas capazes de promover relações sociais modernas; por isso, o conceito de povo, unitário e sem divisões, tão caro ao que seria o populismo, vai de encontro à definição de sociedade moderna. O sentido pejorativo atribuído à primeira experiência de ampla participação popular na política brasileira não escapou a análises historiográficas mais recentes.<sup>ii</sup> A democracia da República de 1946 é assim analisada:

Deste modo, a nova democracia brasileira difere radicalmente do modelo registrado na tradição ocidental. E a diferença mais notável está em que nesta democracia de massas, o Estado se apresenta de maneira direta a todos os cidadãos.<sup>6</sup>

O modo brusco e acelerado das mudanças sociais decorrentes do desenvolvimento explica o populismo. O nacionalismo, por sua vez, também deve ser compreendido em relação aos dois conceitos precedentes, formando uma trinca analítica passível de interpretar a década de 1950 no país. Vejamos dois trechos em que o autor estabelece vínculos entre os três conceitos:

**4. WEFFORT, F. C.**

O populismo na política brasileira. In: O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 63.

**5. FERREIRA, J.** O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

**ii.** Além do já citado Jorge Ferreira, ver também os trabalhos da historiadora Ângela de Castro Gomes.

**6. WEFFORT, F. C.**

O populismo na política brasileira. In: O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 53.

Nestas condições, o nacionalismo passa a ser significativo politicamente quando o governo federal (particularmente na Presidência de Kubitschek) o encampa como cobertura ideológica do desenvolvimentismo. Aparece, pois, em coerência com o quadro geral, como uma forma de consagração do Estado, como uma transfiguração teórica do populismo.<sup>7</sup>

#### Em seguida:

O populismo, comparado ao nacionalismo, poderia ser caracterizado como expressão tópica e espontânea do processo de incorporação das massas ao regime político enquanto que o nacionalismo aparece como expressão global e ideológica deste mesmo processo.<sup>8</sup>

A ideia de que o nacionalismo é uma formulação teórica cuja função histórica é acobertar a estrutura social oriunda do desenvolvimento retoma com clareza as proposições próprias da Escola Paulista no fim da década de 1950 e no início da de 1960, segundo as quais suas formulações teóricas distinguiram-se das do ISEB pelo rigor metodológico das oriundas da primeira em contraposição aos ensaios motivados pela defesa dos interesses do Estado, que teriam sido uma característica do segundo instituto.

Há, também, grande proximidade com as críticas, oriundas do discurso político de grupos como a Política Operária, a Ação Popular ou o Partido Comunista do Brasil (ou, como ficou conhecido, o PCdoB), como reação à aproximação, que ocorrera alguns anos antes, entre o Partido Comunista Brasileiro – a partir da Declaração de 1958 e do Congresso de 1960 – e a Frente Nacionalista, sob predomínio do trabalhismo. Essa análise foi empreendida por João Marcelo Ehlert Maia<sup>9</sup> e vai ao encontro da hipótese de César Guimarães, para quem a crítica – que evolui para uma interpretação historiográfica – dos intelectuais paulistas, na década de 1970, ao nacionalismo pressupõem a hegemonia deste na conjuntura política da década de 1960, fato que não ocorria, à exceção de seu predomínio no âmbito dos grupos situados à esquerda do espectro político. César Guimarães lembra que, no espaço do governo, houve apenas tópicos nacionalistas, mas, jamais, uma efetiva e ampla política econômica que seguisse as proposições mais democráticas – pois era este o traço mais inquietante – do nacionalismo.

O discurso que assim criticara a Frente Nacionalista e o PCB expõe o sentimento de marginalização de quem o profere; ou, ao menos, o elemento retórico que insere os autores que o utilizam em uma narrativa na qual os referidos ocupam o lugar próprio de um *outsider*: seja no âmbito acadêmico, seja no âmbito político. Ainda que haja uma recorrência a essas narrativas, a experiência desses intelectuais, no final da década de 1960, já é diversa daquela dos anos de 1950. Ou melhor, é diversa daquela que precedeu o ano de 1964. Mais do que utilizar, novamente, os mesmos elementos retóricos, Weffort atualiza essa narrativa e sua dimensão histórica:

7. WEFFORT, F. C. Estado e massas no Brasil. In: O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 54.

8. *Ibid.*, p. 54.

9. MAIA, J. M. E. Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de 'populismo' no Brasil. In: Teoria & Sociedade. N. 10, julho-dezembro de 2002.



Com efeito, a importância política das massas dependerá sempre da existência de uma transação entre os grupos dominantes, e esta transação agora se encontrava em crise. Se as massas serviram como fonte de legitimidade para o Estado, isto só foi possível enquanto estiveram contidas dentro de um esquema de aliança policlassista que as privava de autonomia.<sup>10</sup>

**E continua:**

E, apesar das intenções de alguns de seus líderes, encontrava-se condenado também pela fragilidade do populismo, que se mostrava incapaz não só de manter o equilíbrio de todas essas forças como também de exercer um controle efetivo sobre o processo de ascensão das massas.<sup>11</sup>

As ideias de crise e incapacidade somam-se à já presente ideia de estado de transitoriedade, a qual é característica da estrutura social e política populista, como consequência da dimensão temporal conferida à trinca conceitual referida previamente: desenvolvimento, nacionalismo e populismo. Essa dimensão temporal é regida, do ponto de vista histórico, pelo conceito de desenvolvimento, que assume uma posição-chave nesse viés interpretativo. É o desenvolvimento que transforma, fortalece e enfraquece estruturas sociais e políticas que se formam de tempos em tempos para atender às novas demandas postas por esse processo. O desenvolvimento ordena o tempo histórico, determina suas demandas, e torna anacrônicas as formas que não mais lhe servem.

E anacrônicos são, agora, o nacionalismo e o populismo. Essa ideia atualiza a perspectiva *outsider*: Weffort não vislumbra apenas uma distância política ou acadêmica, ambas espaciais, mas também já vislumbra uma distância temporal, cujo marco principal foi o golpe de 1964:

Não obstante, talvez seja possível concluir, à luz de análise anterior, que chega ao fim, com a ascensão dos militares, o processo de democratização do Estado através do populismo: isto não significa dizer que estão cortadas em definitivo as possibilidades de que as pressões se façam sentir no poder. Significa, porém, que já não subsistem condições para que a pressão popular mantenha sob sua forma espontânea, a mesma eficácia que possuía. Com efeito, o novo poder instaurado pelos militares parece marcar o fim do mito de um Estado democrático de todo o povo, e, deste modo, assinala um ponto de inflexão na história política brasileira.<sup>12</sup>

A experiência do golpe constitui-se, então, em sua plenitude, segundo a dos intelectuais da Escola Paulista lhe dará. Mais do que um golpe de Estado, 1964 marcou o fim de um período histórico e das proposições políticas que lhe eram próprias, de acordo com essa interpretação. O título do artigo publicado por Octavio Ianni em 1967 sintetiza essa visão: *O colapso do populismo no Brasil*. A visão histórica desse autor é bem resumida no seguinte trecho:

10. WEFFORT, F. C. O populismo na política brasileira. In: O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 78.

11. Ibid.

12. WEFFORT, F. C. Estado e massas no Brasil. In: O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980, p. 59-60.



Alguns grupos e líderes [da democracia populista] perceberam as suas virtualidades, mas não conseguiram formular um projeto globalizador. Era uma mescla de empirismo e inteligência, audácia e manobra. Foi o resultado histórico das ações e interesses de diferentes grupos e classes sociais. Ele se produziu no jogo dos antagonismos internos e externos que singularizam essa etapa da história nacional.

Entretanto, o modelo getuliano só poderia ser negado sob duas formas radicais: a revolução socialista ou a reintegração plena no capitalismo mundial.<sup>13</sup>

A singularidade da democracia populista e a sua negação histórica complementam-se e integram a dimensão temporal que perpassa a análise feita, no âmbito da Escola Paulista, da República de 1946 e do seu colapso. É preciso chamar atenção para a importância que os principais símbolos políticos do regime deposto mantêm durante o período militar: um dado que não é incompatível com a interpretação de Weffort e Ianni; mas que constitui mais um ponto a ser levado em conta na tentativa de articular a realidade política contemporânea aos escritos dos autores referidos.

Até 1966, quando foi outorgado o Ato Institucional nº 2, o sistema partidário permanecia o mesmo da República de 1946, embora lideranças trabalhistas, socialistas, camponesas, comunistas e nacionalistas tenham sofrido uma forte perseguição política. Em 1965, as vitórias da oposição em Minas Gerais e no Rio de Janeiro deram ímpeto a revoltas populares contra o regime que ocorreriam até 1968. Na década de 1970, as mortes de Juscelino Kubitschek e de João Goulart foram o estopim para amplas ondas de mobilização, sendo a segunda, inclusive, importante para deflagração da campanha pela anistia política. Mesmo no período da transição democrática, Leonel Brizola elege-se governador do Rio de Janeiro, o que mostra a força dos símbolos políticos do nacionalismo da República de 1946.

Não deixariam de ser, sob a ótica do populismo, atores políticos anacrônicos, representantes de um tempo histórico já esgotado.

É possível inferir, portanto, que a interpretação histórica que se sustenta sobre o conceito de populismo e sobre suas implicações para os conceitos de desenvolvimento e nacionalismo teve impacto significativo sobre os símbolos políticos da República de 1946, que contribuiu para dar significado ao golpe de 1964 ao longo do tempo, e criou um mecanismo de interpretação utilizado sobre atores políticos ainda importantes na sociedade brasileira. Para tanto, atualizou proposições já discutidas antes do período de 1964, tanto entre os grupos críticos ao PCB como nas instituições da Escola Paulista, com uma nova dimensão histórica, na qual o conceito de desenvolvimento permanece como chave central de interpretação do progresso histórico.

**13.** IANNI, O. O colapso do populismo no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971, p. 122.

### 3. A segunda experiência: a crítica ao desenvolvimento no regime militar

No período entre 1967 e 1969 o regime sofrerá ainda outra inflexão, com a outorga de uma nova Constituição, do Ato Institucional nº 5, em 1968; e com a incorporação deste último à Carta, em 1969. De forma correlata a essa mudança política, dois outros movimentos, relevantes para o presente artigo, ocorrem no período: o começo do desenvolvimento econômico, propiciado pelo Plano de Ação Econômica do Governo, que ficou conhecido como o “milagre brasileiro”; e a onda de expurgos nas universidades públicas, que motivou a fundação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento por professores da Universidade de São Paulo. Esses dois processos relacionam-se entre si a partir da pesada crítica que será feita ao modelo de desenvolvimento por intelectuais do Cebrap.

A natureza da crítica é significativa, pois, como se verificou nos escritos de Weffort e Ianni do final da década de 1960, as principais análises foram direcionadas ao conceito de nacionalismo, para as quais contribuiu, inclusive, o conceito de desenvolvimento. Há, nesse quesito, continuidade em relação à centralidade ocupada por este conceito no vocabulário político do nacionalismo-desenvolvimentista. Contudo, se por um lado o conceito de nacionalismo foi objeto de forte deslocamento semântico em fins da década de 1960, por outro o conceito de desenvolvimento passa por um processo de crítica severa por parte dos intelectuais da Escola Paulista, o qual seria mais lento, porém perseverante e complementar à crítica ao nacionalismo, embora não necessariamente se confunda com esta, e cujo resultado é uma mudança na valência com a qual o conceito de desenvolvimento era concebido até então. Esse processo constitui a segunda experiência de que trata este artigo.

O desenvolvimento foi um conceito relativamente unânime no espectro político brasileiro da década de 1950, conforme argumenta César Guimarães, conciliando opostos por meio das ideias de crescimento econômico e planejamento. Além disso, o desenvolvimento foi objeto de crescente e complexa reflexão intelectual, tanto do ponto de vista propriamente econômico – na Comissão Econômica para a América Latina, órgão vinculado à Unesco – como do sociológico, como se verifica tanto na criação do ISEB, por exemplo. De fato, é desta instituição que surgirão algumas das principais referências intelectuais do nacionalismo-desenvolvimentista, tanto por conta da repercussão que seus trabalhos obtiveram como também porque é em direta interlocução com eles – em especial com Guerreiro Ramos e Helio Jaguaribe – que boa parte da crítica ao nacionalismo realizará suas produções.

Segundo Vanilda Pereira Paiva<sup>14</sup>, a mudança na apropriação da síntese filosófica do existencialismo-culturalista, a qual inicialmente foi incorporada ao pensamento político brasileiro ao longo da década de 1940 de maneira autoritária, e

14. PAIVA, V. P. Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

que sofreu inflexões entre fins da década de 1940 e a década de 1950 e passou a valorizar a experiência democrática, contribuiu de modo decisivo na constituição do nacionalismo-desenvolvimentista brasileiro. Do grupo de Itatiaia, do qual participavam intelectuais como Roland Corbisier e Helio Jaguaribe, à formação do ISEB, já no governo Juscelino Kubitschek, os termos nacionalismo, democracia, povo e desenvolvimento consubstanciaram-se em uma concepção política e social de caráter orgânico e unitário, para usar as palavras de Daniel Pécaut.<sup>15</sup>

Concebendo o tempo histórico por meio dos conceitos de fase e de progresso – este realizado não sem rupturas – o nacionalismo seria uma ideologia autêntica ao período em questão, por conferir uma interpretação acurada da realidade histórica e dos movimentos políticos necessários para que a sociedade brasileira superasse etapas – ou seja, se desenvolvesse – em direção à completa afirmação e independência, que havia se iniciado em 1822, mas que precisava, neste momento, também da afirmação econômica<sup>16</sup>. A democracia, nesse conjunto referencial, estaria indissolúvelmente articulada ao conceito de povo, cuja vontade política resumiria o progresso histórico e os demais conceitos sociológicos necessários à interpretação do momento histórico pelo qual passava o país.

Ainda que não seja desprovido de debates, heterogeneidade e mesmo fissuras, das quais o texto de Helio Jaguaribe *O nacionalismo na atualidade brasileira* é um exemplo, por ter sido o estopim de uma crise que provocou seu afastamento do ISEB, é possível pensar que o brevemente mencionado conjunto de referências intelectuais era comum ao pensamento do nacionalismo-desenvolvimentista, e nele o conceito de desenvolvimento tinha não pouca importância, como o próprio nome do movimento político sugere.

Essa centralidade, de certo modo, está também presente nos escritos dos intelectuais analisados neste artigo. Tome-se, por exemplo, o artigo de Octavio Ianni publicado no livro *Política e revolução social no Brasil*, organizado por ele mesmo, Francisco Weffort e Gabriel Cohn, em 1963. O artigo é intitulado, sugestivamente, “Processo político e desenvolvimento econômico”. Tendo sido escrito antes do golpe, o distanciamento entre o autor e o nacionalismo ainda é de natureza mais espacial que temporal. Ainda assim, não deixa de relacioná-lo ao desenvolvimento:

*E é nesse contexto [de desenvolvimento] que surge e se desenvolve o nacionalismo [grifo do autor]. Este movimento político é uma das manifestações mais abertas da burguesia industrial em ascensão. Como não teve forças suficientes para afirmar-se sozinha e impor as suas decisões às outras classes e aos outros grupos burgueses, ela foi obrigada a formular uma ideologia e um movimento orientados no sentido da preservação dos recursos e dos produtos do trabalho nacional.*<sup>17</sup>

Com relação ao desenvolvimento, contudo, não há, por parte de Ianni, um

**15.** PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

**16.** Ver, por exemplo, JAGUARIBE, H. O nacionalismo na atualidade Brasileira. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

**17.** IANNI, O. Processo político e desenvolvimento econômico. In: \_\_\_\_\_. Política e revolução social no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 27.

distanciamento semelhante, reconhecendo no desenvolvimentismo uma decisão política com algum valor, embora reconheça ser esse processo próprio de momento histórico determinado. É uma visão que em muitos pontos se assemelha ao pensamento dos intelectuais do ISEB ou mesmo da Cepal, considerando mesmo um momento de tomada de consciência e de afirmação política:

[...] não se pode esquecer que o desenvolvimentismo é também o resultado de uma decisão, em face das opções que a história oferece aos povos. Para que ele se dê, é imprescindível que se produza também uma consciência histórica nova, em que o futuro envolve, em certo grau, a negação do passado e do presente.<sup>18</sup>

E logo após:

Nos últimos quarenta anos, o povo brasileiro libertou-se dos limites acanhados em que foi forçado a construir a sua vida, lançou-se no caminho do desenvolvimento de suas forças produtivas, na renovação de sua organização social e na constituição de inúmeros projetos para o domínio do próprio futuro.<sup>19</sup>

Assim, é o desenvolvimento que condiciona as disputas políticas no país, vislumbradas pelo autor da seguinte maneira:

São eles [*os acontecimentos recentes*] que dão substância e significação ao processo político nacional, determinado fundamentalmente pelas condições e tendências do desenvolvimento econômico-social da nação. As perspectivas do povo brasileiro, nos momentos de perplexidade que vem atravessando, são aqueles oferecidos por uma realidade complexa: democracia ou ditadura, com desenvolvimento econômico ou estagnação.<sup>20</sup>

Embora o conceito de democracia não tenha a mesma semântica, de relação unitária e orgânica entre nação, Estado e povo, que o conceito dos autores do ISEB, o desenvolvimento tem uma grande complementaridade com o conceito de democracia, ao menos potencialmente e a depender dos desdobramentos políticos. As interpretações sobre o populismo ao final da década de 1960, desse mesmo autor e de Weffort, tornam o nacionalismo anacrônico e diminuem o significado democrático da experiência da República de 1946; mas mantém a centralidade do conceito de desenvolvimento e uma valência, se não positiva ao menos neutra do conceito.

Sob a ótica do conceito de desenvolvimento, a discussão sobre dependência, protagonizada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto ao final da década de 1960, na Cepal, guarda semelhança com os argumentos até aqui analisados, tanto os anteriores como os posteriores ao golpe. Isso porque, no intuito de demonstrar a existência de relativa autonomia política nos espaços nacionais, Fernando Henrique e Faletto destinam uma função, temporalmente

18. Ibid., p. 50.

19. Ibid., p. 13.

20. Ibid., p. 15.

limitada, ao nacionalismo.<sup>21</sup> A relação entre desenvolvimento e progresso histórico tem, contudo, diferenças:

É precisamente por isso que tem validade centrar a análise da dependência em sua manifestação interna, posto que o conceito de dependência utiliza-se como um tipo específico de conceito “causal-significante” – implicações determinadas por um modo de relação historicamente dado – e não como conceito meramente “mecânico-formal”, que enfatiza a determinação externa, anterior, que posteriormente produziria “consequências internas”.<sup>22</sup>

**Em seguida:**

Os diferentes momentos históricos do capitalismo não devem ser estudados, pois, com um afã de encontrar sua repetição retardada nos países da periferia, mas para saber como se produziu, em cada momento particular, a relação entre periferia e centro.<sup>23</sup>

A hipótese dos autores ergue-se sobre dois argumentos fundamentais: o primeiro, é que a relação de dependência não é meramente impositiva, mas sim articulada politicamente no interior das sociedades latino-americanas; o segundo, e complementar ao primeiro, é o de o desenvolvimento não busca superar uma defasagem que, supostamente, existiria entre o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, mas é, em si, uma manifestação, em determinadas condições históricas, da relação centro-periferia. Há uma mudança substantiva no teor do conceito de desenvolvimento: ele torna-se parte da relação de dependência, não seu viés de superação.

É importante notar que a tese de Cardoso e Faletto possui pontos de convergência com a interpretação sobre o golpe, embora esteja inserida em uma narrativa histórica, ou mesmo em um debate acadêmico, distinta da de Ianni:

Descrevemos também como os grandes temas da política do período correspondente à tentativa de formação e fortalecimento do mercado interno e da economia nacional – o populismo e o nacionalismo – foram perdendo substância e redefinindo-se em função do novo caráter de dependência.<sup>24</sup>

Mas o conceito de desenvolvimento só se tornaria o objeto central das críticas de intelectuais com referência na Escola Paulista posteriormente, com o advento do Cebrap, do qual Fernando Henrique foi membro fundador.

Assim, a virada da década de 1960 a 1970 proporciona não apenas um novo espaço de observação – o Cebrap – como um novo objeto a ser observado, o desenvolvimento do “milagre brasileiro”. Ou melhor, o desenvolvimento, até então associado aos modelos econômicos propostos pelo nacionalismo-desenvolvimentista, manifesta-se em outro contexto histórico. Mas, nem por isso, deixa de ser analisado sob o prisma da crítica ao nacionalismo. O referido

- 21.** CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979
- 22.** Ibid., p. 23.
- 23.** Ibid., p. 32.
- 24.** Ibid., p. 142.

instituto cresceu produzindo trabalhos de análise sobre os impactos que a expansão econômica produzia sobre a estrutura social brasileira. Não à toa, os trabalhos referentes às mudanças demográficas tinham amplo destaque; pois eram um sintoma importante desses impactos e, ao mesmo tempo, demandados pelo setor privado, o que contribuía para o financiamento do Centro.

O lançamento de *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* pode ser considerado um marco. Foi o primeiro livro lançado pelo Cebrap que obteve amplo alcance público e elabora uma crítica tenaz ao desenvolvimento promovido pelo regime militar, pelo seu caráter excludente.

A narrativa pela qual essa crítica se desenvolveria, contudo, foi expressa, de maneira mais contundente, densa e bem-acabada, por Francisco de Oliveira, no livro *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. A dualidade, segundo o autor, seria o modelo teórico a partir do qual o desenvolvimento brasileiro foi concebido pelo nacionalismo-desenvolvimentista. Sua crítica é ácida e importante para a formulação do significado que adquiriu o “milagre brasileiro”:

A dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas [...]. Mas ainda assim o prestígio dos economistas penetrou largamente as outras ciências sociais, e se tornaram caudatárias: “sociedade moderna”- “sociedade tradicional”, por exemplo, é um binômio que, deitando raízes no modelo dualista, conduziu boa parte dos esforços na Sociologia e na Ciência Política a uma espécie de beco sem saída [...].<sup>25</sup>

Em seguida, deixa ainda mais clara a relação entre o mecanismo da dualidade e o pensamento nacionalista. O pensamento da Cepal seria o principal responsável pela elaboração desse modelo teórico. Segundo Oliveira:

A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista; se ela hoje não cumpre esse papel é porque a hegemonia de uma classe se afirmou de tal modo que a face já não precisa da máscara.<sup>26</sup>

**Explicita então sua tese:**

[...] a história e o processo da economia brasileira no pós-anos 30, contém alguma “especificidade particular”; isto é, a história e o processo da economia brasileira podem ser entendidos, de modo geral, como a da expansão de uma economia capitalista – que é a tese deste ensaio –, mas esta expansão não repete nem reproduz “ipsis litteris” o modelo clássico do capitalismo nos países mais desenvolvidos, nem a estrutura que é o seu resultado. Incorpora-se aqui, desde logo, a advertência contida em numerosos trabalhos, de não tomar-se o “classicismo” do modelo ocidental como “regra estrutural”.<sup>27</sup>

**E mais adiante:**

Nessas circunstâncias, a expansão do capitalismo no Brasil repousará, essencialmente, na

25. OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis. Editora Vozes; Cebrap, 1981, p. 11

26. *Ibid.*, p. 13.

27. *Ibid.*, p. 37.

dialética interna das forças sociais em pugna; serão as possibilidades de mudança no modo de acumulação, na estrutura do poder e no estilo de dominação, as determinantes do processo. No limite, a possibilidade significará estagnação e reversão à economia primário-exportadora. Entre essas duas tensões, emerge a revolução burguesa no Brasil. O populismo será sua forma política, e essa é uma das “especificidades” particulares da expansão do sistema.<sup>28</sup>

28. *Ibid.*, p. 39.

29. *Ibid.*, p. 75.

Francisco de Oliveira tenta destituir o conceito de desenvolvimento de todo o significado político que lhe dera substância nas décadas anteriores. Trata-o como um processo de expansão capitalista do qual o nacionalismo-desenvolvimentista – e para realizar sua interlocução seleciona a Cepal e o ISEB – era mera cobertura, superficial e falsa. Em contrapartida, o desenvolvimento é envolto em uma valência extremamente negativa, associada à exclusão e à desigualdade social. A ruptura histórica, experiência temporal realçada pelas interpretações de Weffort e Ianni sobre o golpe militar, perdem espaço para uma ideia de continuidade histórica: o desenvolvimento permanece, mas fora sempre negativo e sempre alheio às proposições nacionalistas por serem estas, acima de tudo, falsas.

O sistema evidentemente se move, mas na sua recriação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-64, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas. Sob esse aspecto, o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contrarrevolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão.<sup>29</sup>

Enquanto o desenvolvimento estabelece o nexo de continuidade, há a percepção de que o autoritarismo se estreita no pós-1964, e aprofunda contradições. A partir da década de 1970, seria comum associar o desenvolvimento à expansão capitalista e ao autoritarismo político. Essa narrativa se desenvolve como o trabalho de Francisco de Oliveira é exemplo, de modo conexo com as críticas ao nacionalismo do período anterior a 1964.

A experiência da crítica ao desenvolvimento é elaborada em etapas onde, na primeira, o conceito é dotado de autonomia perante o nacionalismo; na segunda, ele é desvinculado da ideia de progresso histórico pressuposto pelo nacionalismo; e, na terceira, ele é associado à experiência de desigualdade e autoritarismo, processo para o qual contribuíram as interpretações nacionalistas. Por isso, essa experiência se desenvolve de forma mais lenta que a primeira, paulatinamente, por meio de diversos trabalhos e escritos produzidos dentro e fora do Cebrap. A ideia de ruptura histórica, presente na primeira experiência dá



lugar à ideia de continuidade, o que é resultado da ênfase à crítica ao conceito de desenvolvimento. Se a primeira experiência tinha como chave principal os conceitos de populismo-nacionalismo-desenvolvimento-populismo; pode-se dizer que os três principais a essa segunda experiência são nacionalismo-desenvolvimento-autoritarismo. Não à toa, populismo e autoritarismo guardam entre si uma relação próxima.

De fato, ambas as experiências são complementares e mesmo se entrelaçam ao darem continuidade – ou tomarem por referência – embora de modo diverso, a narrativa de crítica ao nacionalismo para interpretar o momento presente, marcado pelo regime militar, e ao dar prosseguimento à figura do narrador *outsider*. Em resumo, à compreensão do tempo presente é imprescindível o recurso às referências acadêmicas forjadas na tradição intelectual da Escola Paulista. Dão continuidade a essa tradição por meio de experiências que se superpõem uma a outra, revelando algumas contradições e uma grande complementaridade nas referências políticas e intelectuais.

#### 4. A experiência da redemocratização

Concomitantemente à experiência de crítica ao regime militar, por meio da trinca desenvolvimento-autoritarismo-nacionalismo, surge outra experiência dentre esses intelectuais: a experiência do engajamento político na década de 1970, que evoluirá para a experiência da participação na transição democrática. Se fosse possível delimitar temporalmente essa experiência, os marcos poderiam ser o ano de 1974, quando, por ocasião de eleições parlamentares nacionais, o partido do Movimento Democrático Brasileiro resolve mudar a atitude de boicote ao regime e promove uma ampla campanha para a qual contou com o auxílio direto de intelectuais do Cebrap; e os anos 1982-1984, quando ocorrem eleições nas quais a oposição sai vitoriosa nos três principais estados brasileiros, e a transição política assume uma dinâmica que, embora não impedisse a atuação desses intelectuais, condicionava-a a um modo diverso daquele experimentado na década de 1970.

O lançamento do livro *São Paulo 1975: crescimento e pobreza* ocorre um ano após a consultoria prestada por intelectuais, dentre os quais se destacam Fernando Henrique e Francisco Weffort, a Ulysses Guimarães nas eleições de 1974. Após esse momento, foi crescente o engajamento dos sociólogos do Cebrap em espaços como a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e, mais tarde, mesmo em movimentos mais amplos, como os pela anistia, as greves do ABC paulista do fim da década e na organização partidária, em especial do MDB paulista e do Partido dos Trabalhadores.

O que ocorre, entretanto, não é uma simples defesa da democracia; afinal, este conceito já era presente – e importante – no vocabulário tanto do

nacionalismo-desenvolvimentista como no vocabulário da Escola Paulista desde a década de 1950. A ausência de uma democracia nos moldes da tradição ocidental é, afinal, o mote a partir do qual o período da República de 1946 é interpretado por Weffort como incompleto, anacrônico, não moderno ou transitório.

Cabe analisar a relação que o conceito de democracia estabelece com as críticas ao desenvolvimentismo e o modo pelo qual o conceito, forjado dessa maneira, articula o sentido político do engajamento dos referidos intelectuais. Com isso, a interpretação do período deixa de ser apenas a de um momento de reivindicação por democracia e passa a orientar-se pelo sentido da democracia era, então, reivindicada. Trata-se de um conceito que não pode ser compreendido fora do contexto de crítica ao nacionalismo-desenvolvimentista, que marcou a tradição intelectual da Escola Paulista desde a cátedra de Florestan Fernandes.

Um artigo sobre o tema teve especial repercussão nesse contexto: é o trabalho “A questão da democracia”, de Fernando Henrique Cardoso, publicado inicialmente no início da década de 1970 e republicado, em 1975, no livro *Autoritarismo e democratização*, que reúne artigos do referido autor, quando já plenamente atuante no Cebrap. O argumento do autor gira em torno do que seria a democracia, mas compreendida a partir de uma análise cuja orientação gira em torno da questão sobre que lugar em que a democracia ocupa na sociedade brasileira. Para tanto, utiliza o vasto leque conceitual que teceu para compreender a realidade autoritária do Brasil sob o regime militar:

Este [ideologia da guerra fria], se de fato tornou-se anacrônico do ponto de vista da situação política internacional, não deixou de ter uma base objetiva e de ser útil para outros fins dos grupos políticos vencedores. Com efeito, o autoritarismo prevalecente permitiu a reorganização do aparelho de Estado, liquidou o sistema partidário anterior (e com ele a representação política das classes populares e trabalhadoras urbanas, bem como de setores importantes das antigas classes dominantes) e incorporou ao processo político, sob novas condições, as Forças Armadas e os grupos sociais que expressam os setores monopólicos da economia. Essas condições contribuíram para moldar o “milagre econômico” nos termos em que se deu: com concentração de renda e desigualdade social.<sup>30</sup>

#### E logo após:

Para ser um pouco mais preciso, o que se chama presentemente de “modelo político” é o sistema de poder que assumiu a forma burocrático-autoritária e que tem funcionalmente dois eixos não excludentes, um tecnocrático e outro militar. Por trás dele, estão os interesses da expansão capitalista, nas suas vertentes, a empresa estatal e o conglomerado internacional, aos quais se liga uma burguesia local que em por ser caudatária e dependente deixa de ser importante como força econômica e social.<sup>31</sup>

O desenvolvimento, predominante no progresso histórico brasileiro – e aqui

30. CARDOSO, F. H. A questão da democracia. In: \_\_\_\_\_. *Autoritarismo e democratização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, p. 225.

31. *Ibid.*, p. 226.

há uma retomada do argumento de submissão do nacionalismo ao desenvolvimento, próprio da primeira experiência analisada neste artigo – assume feições autoritárias, compreendidas sob os vocábulos de monopólio e de tecnocracia, que ganham sentido sob o signo do complexo burocrático-autoritário orientado a promover o desenvolvimento do capitalismo. Uma notável contribuição para compreender o funcionamento do Estado no Brasil, mas que não deixa de beber na fonte de experiências pregressas, em que a crítica ao regime militar se articula por meio de argumentos oriundos do – e que ainda fazem referência ao – nacionalismo-desenvolvimentista.

Ora, é justamente, e somente, em oposição a esse conjunto de conceitos que conferia significado ao momento histórico brasileiro de então que o conceito de democracia adquire sua verdadeira densidade. A democracia só poderia ser compreendida nos marcos da tradição ocidental – mesmo liberal – de valorização extrema da sociedade civil, em oposição, e não comunhão, com o poder público, tal como entendida sob o prisma de crítica ao regime e ao desenvolvimento. É na superação, portanto, da forte burocracia pública, por onde se articula o desenvolvimento, que repousa a possibilidade de construção da democracia:

[...] no Brasil, com mais força e de modo mais desordenado, o próprio ímpeto do crescimento está gerando condições sociais, que a vida política, para dinamizar-se, terá que expressar como uma contradição com o estilo burocrático-repressivo do regime.<sup>32</sup>

O eixo temporal sofre uma mudança com relação ao que era no nacionalismo-desenvolvimentista, articulado entre dependência e independência; para operar sob o binômio autoritarismo-democracia, no qual o conceito de desenvolvimento não mais opera a transição do signo anterior ao posterior, mas, pelo contrário, é historicamente superado na transição que se efetua. Nesse sentido, é interessante ver a que ponto chegou a crítica ao conceito de desenvolvimento na obra de Fernando Henrique; mesmo compreendo o desenvolvimento como parte vital à tradição política brasileira, na medida em que o país se compreende como subdesenvolvido, ou de Terceiro Mundo:

Seria difícil, depois disso que o próprio cerne da civilização ocidental permanecesse intocado: o que está em jogo é a crença na Razão ou pelo menos a crença no modo pelo qual a Razão se faz presente com técnica e como princípio formal de ordenação do mundo.

Deriva daí também, embora nem sempre de modo imediato, a crise da ideia de desenvolvimento econômico. Para entender-se a contribuição das ciências sociais ao debate contemporâneo e para delimitar seus alcances é necessário, portanto, ver do ângulo deste debate o mesmo grande problema que atormenta, a nível mais geral, o pensamento ocidental. A consciência da existência de um “problema do desenvolvimento”, eu constitui o bê-á-bá da contribuição do pensamento se não do Terceiro Mundo, pelo menos sobre o Terceiro Mundo, supôs sempre

32. Ibid., p. 232.

um parâmetro: sabia-se o que significava o progresso e este era almejado. Hoje, no centro, põe-se em dúvida a ideia de progresso que permitiu a construção da civilização contemporânea, graças ao domínio da Técnica pela Razão.<sup>33</sup>

A mudança histórica, no Brasil, não mais é interpretada sob a lógica do desenvolvimento, mas sob a lógica da crise. Crise também do desenvolvimento. Não à toa, é esse o conceito que orientará um debate ocorrido em 1978, que deu origem a um texto, publicado na *Revista de Cultura & Política*, no qual, em harmonia com os crescentes movimentos políticos no Brasil, o tema da democracia já era abordado sem maiores receios. Para entender esse texto/debate, é necessário entender o contexto de sua publicação, relevante ao argumento aqui desenvolvido.

Ao fim da década, ao invés de retroceder, o engajamento desses intelectuais aprofunda-se. Um dos sintomas dessa mudança de atitude foi a criação, em 1977, do Cedec, capitaneada por Francisco Weffort, após sua saída do Cebrap. Essa saída não ocorre exatamente por conflitos políticos ou intelectuais, mas por conta de uma diferente percepção sobre qual deveria ser o papel do intelectual brasileiro na conjuntura política que se afirmava no final daquela década. Weffort e os que com ele se organizaram – cito José Álvaro Moisés e Marilena Chauí, como exemplo – vislumbraram no recém-criado instituto um modo de interpretar o tempo em que viviam e, assim, nele agir.

O editorial do primeiro número da revista é bastante claro em seus objetivos:

No quadro atual da sociedade brasileira torna-se cada vez mais importante estabelecer condições propícias ao estudo e ao debate das questões mais inquietantes que desafiam as sociedades latino-americanas.

O nosso ambiente de criação da cultura esteve quase sempre ligado à expansão das funções ESTATAIS, contribuindo para favorecer um estilo de trabalho intelectual cujo protótipo em épocas mais recentes é o tecnocrata, reavivando as raízes autoritárias da tradição da cultura brasileira.

Cumprido, nos dias que correm, criar condições para o desenvolvimento de visão crítica do passado e do presente, reafirmando suas ligações com a perspectiva de democratização econômica, social e política de nosso país. Trata-se de incentivar o debate através do qual se possa afirmar a riqueza da pluralidade e da diversidade do pensamento, fundamental para o desenvolvimento político e cultural nacional. Trata-se de recuperar traços do desenvolvimento histórico da sociedade que a ótica autoritária sempre ajudou a desarticular, mas cuja potencialidade inovadora e crítica o quadro cultural brasileiro já anuncia.

É com esse espírito que é proposta a REVISTA DE CULTURA CONTEMPORÂNEA,<sup>iii</sup> cuja realização no tempo procurará responder a esses desafios. Para isso, convidamos todos aqueles identificados com esses objetivos amplos para nos ajudar cooperando e criticando.

Tal caminho abre-se como mais uma forma de atuação do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea [Cedec], buscando perceber no presente os germes de mudança para uma

### 33. CARDOSO, F.H.

O desenvolvimento na berlinda. In: \_\_\_\_.

As ideias e o seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento.

Petrobras: Vozes: Cebrap, 1980, p. 130.

iii. A revista, em seus dois primeiros números, foi intitulada *Revista de Cultura Contemporânea*; o que mudou a partir do terceiro número. Foi alegado, em editorial, que outra revista então teria começado a ser publicada com um título semelhante.

sociedade democrática, articulada e participante.<sup>34</sup>

Ao relacionar o ambiente de criação da cultura com as funções estatais, há uma referência, novamente, ao pensamento nacionalista e ao ISEB, o que mostra a imersão no contexto narrativo que se desenvolve na Escola Paulista durante a década de 1970. O primeiro objetivo da revista, portanto, é reafirmar a visão crítica à interpretação nacional-desenvolvimentista sobre o período histórico anterior. Na verdade, Weffort, autor de escritos importantes na década de 1960 que corroboraram com a interpretação de mudança histórica promovida pelo golpe de 1964, com o recurso à chave de interpretação do populismo, deixa transparecer no editorial, que ajudou a elaborar, uma ótica que mais se assemelha àquela da segunda experiência: a continuidade entre a República de 1946 e o regime militar parece ser mais clara que os pontos de ruptura: a ótica autoritária conecta os dois períodos.

A perspectiva de *outsider* reafirma-se, também, no editorial. Contudo, há uma diferença de postura: o *outsider* e os germes de uma nova cultura devem, agora, ser promovidos por esses intelectuais. Há uma perspectiva de engajamento que o papel oposicionista ao trabalhismo da década de 1960 e o forte autoritarismo da década de 1970 ajudou a sufocar. Na experiência da ainda incipiente Abertura política, entretanto, a postura muda.

É justamente nessa situação que se torna perceptível a falência do conceito de desenvolvimento como orientador do progresso histórico. O uso do vocábulo no editorial é completamente destituído dos significados atribuídos ao conceito pela narrativa do nacionalismo. De fato, o binômio autoritarismo-democracia que desde meados da década de 1970 ganha relevância nos escritos políticos desses intelectuais, se descola do binômio dependência-independência, por meio do qual o progresso histórico do país era interpretado pelo nacionalismo-desenvolvimentista. Essa experiência, a de luta por democracia no contexto intelectual da Escola Paulista, ganhará intensidade nesse momento e terá no conceito de crise um importante suporte. A mudança histórica não seria, então, promovida pelo desenvolvimento, mas pela falência de um modelo político e social que se prolonga no país desde a era Vargas.

Essa interpretação histórica é exposta em três artigos publicados, respectivamente, no início de cada um dos três primeiros números da revista. Neles o conceito de democracia, a ótica autoritária da República de 1946 e sua herança são tratados primorosamente por Weffort. O tema abordado é a relação entre movimento operário e democracia, no passado e no presente.

[...] partindo sempre de questões formuladas no presente, o significado do conhecimento da história para a ação é precisamente o de constituir um dos meios de que dispomos para julgar da pertinência das próprias perguntas que o inspiraram e, portanto, da pertinência das

34. Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo: Editora Global; Cedec. Ano 1, nº 1, julho de 1978.

alternativas de ação que imaginamos adequadas ao momento atual. Como resolver as nossas indecisões atuais diante da questão das relações entre movimento operário e democracia sem entendermos o nosso passado de *meia democracia* [grifo meu] e de uma muito duvidosa independência operária? Conhecer o passado é um meio de conhecer o presente. Portanto, mais do que um conhecimento supostamente puro ou neutro, estas questões implicam, queiramos ou não, um ajuste de contas, porque elas interrogam não apenas realidades exteriores a nós, mas sobretudo a nós mesmos.<sup>35</sup>

A luta pela democracia no presente deve, portanto, ser contemplada sob uma interpretação histórica do passado recente, em que tema semelhante, qual seja, a relação entre movimento operário e democracia, se colocou. O salto desse argumento para a crítica ao nacionalismo, por sua vez, é claro. Então, torna-se clara na contraposição feita entre duas interpretações sobre a história do país: a da crítica feita de fora – aquela do *outsider* – e a da ideologia, produzida dentro do Estado:

Se a situação atual nos propõe uma pergunta fundamental sobre a história e se esta nos inspira uma revisão do passado, isto não significa que as nossas ideias atuais sobre as relações entre movimento operário e democracia definam uma perspectiva a realizar-se fatalmente nem que esteja definido o sentido destas relações. Ao contrário: é exatamente porque a pergunta suscita dúvidas que se faz necessário rever o passado. Neste sentido, o que interessa é a história como crítica, jamais como ideologia, pois se a justificação ideológica necessita de mitos por que não buscá-los no presente ou em nossas aspirações para o futuro, poupando-nos deste modo o esforço de reconstituir o passado, embora seja de modo superficial?<sup>36</sup>

A crítica só pode ser promovida por quem é *outsider*, e somente desse movimento pode surgir uma interpretação histórica fidedigna. Nessa, o movimento operário funciona como uma metonímia da sociedade civil, e a tradição da Escola Paulista de valorização desta em contraposição ao Estado – lembremos do CESIT – é retomada a partir das análises sobre o sindicalismo e o Estado na República de 1946:

Não há movimento operário independente sem democracia e não há democracia sem movimento operário independente. A questão é do presente, da história que se está fazendo e da que se tem para fazer, mas é também do passado. Quanto ao passado, já se escreveu algo sobre a democracia e, um pouco mais, sobre o movimento operário. Mas o tema de suas relações permanece, de certo modo, esquecido. Como entender a dependência (relativa, sem dúvida) do movimento operário em face do Estado no período democrático? Esta pergunta, que se tornou clássica nos estudos sobre o sindicalismo brasileiro desde os trabalhos pioneiros de Aziz Simão e Juarez Brandão Lopes, sugere hoje uma outra indagação como contrapartida: como entender uma democracia que obrigava os sindicatos, e por extensão o movimento operário, a uma posição de dependência em face do Estado?<sup>37</sup>

35. WEFFORT, F. C. Democracia e movimento operário. Parte I. In: Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo: Editora Global; Cedec. Ano 1, nº 1, julho de 1978, p. 8.
36. Ibid., p. 10.
37. Ibid., p. 7.

A fala de Weffort é aquela de um intelectual crítico, cujo ponto de vista é embasado não apenas por estar fora do Estado no presente, mas por basear-se em um diálogo intelectual que tem a si mesmo como crítico e *outsider*; diferentemente de uma tradição política marcada pelo autoritarismo que as culturas do apaziguamento e do favor produzem. A democracia viria em oposição a essa situação, para o que a perspectiva acadêmica da qual fala seria de grande valia. Essa perspectiva autoritária é associada, simultaneamente, à ditadura e ao sistema político erguido em 1946 – ou melhor, ao modo como esse se desenvolveu. O progresso histórico brasileiro não deriva, portanto, do desenvolvimento, mas da negação de uma tradição do nacionalismo-desenvolvimentista e o conjunto de símbolos a ela relacionados, como o ISEB, por exemplo.

Assim, no tempo contemporâneo à publicação dos referidos artigos, em 1978, Weffort vislumbra duas crises que permeiam tanto o governo como a oposição. Uma crise conjuntural, que reflete um impasse nas estratégias de um e de outro; e uma crise institucional, que se prolonga desde 1930, e é interpretado por ele segundo a proposição já argumentada em seus artigos da década de 1960, em que o conceito de *bonapartismo* é utilizado para interpretar o arranjo de forças políticas no país:

Pelo lado das oposições, eu acho que também se configura uma situação de impasse que se revela em duas dimensões, a meu ver, fundamentais. Em primeiro lugar está a alta direção do MDB, que confere à temática das oposições em geral, uma orientação estritamente político-institucional num nível que não tem sido capaz de entroncar com os movimentos efetivos da sociedade civil. Em segundo lugar, os movimentos que ocorrem dentro da sociedade civil, só têm alcançado ressonância, enquanto sejam capazes de traduzir a sua mensagem nos mesmos termos político-institucionais. Neste sentido, a temática das oposições não assume uma conotação social e só precariamente assume uma conotação econômica. [...] Tudo isto significa que as oposições, não obstante tenham crescido muito, não passam de um horizonte estritamente liberal clássico nas suas propostas. Significa que elas também são frutos da velha crise institucional. Significa que há uma crise das instituições do Estado, na qual as próprias oposições emergem, e à qual não sabem dar resposta, e se comportam como se fosse ainda possível uma alternativa de tipo liberal clássico.<sup>38</sup>

A crise, portanto, é o caminho por onde a transição, não apenas para a democracia, mas para a modernidade, poderá ocorrer. Mais do que isso, todo o período que até aquele momento havia sido definido sob o signo do nacionalismo-desenvolvimentista, passa, no artigo de Weffort, a ter no signo de crise uma importante chave de interpretação. Aprofundar e superar a crise significa fugir das soluções que se encontram no seio do Estado e articular uma oposição imersa na sociedade civil, organizada em classes homogêneas e modernas.

38. Revista de Cultura Contemporânea. São Paulo: Cedec; Paz e Terra. Ano 1, n° 2, janeiro de 1979, p. 44.



Ao binômio dependência-independência, cuja superação se dá pelo desenvolvimento, opõe-se o binômio autoritarismo-democracia, cuja superação se dá pela crise. Esse movimento semântico faz com que a terceira experiência seja a que promove a maior ruptura com o nacionalismo-desenvolvimentista: nas duas experiências anteriores, o conceito de desenvolvimento permanecia como central na concepção do tempo histórico brasileiro. Esta é a principal marca da terceira experiência, que se forja em meio à Abertura política, promovida em fins da década de 1970. O impacto que a ação política desses intelectuais, orientada pela interpretação histórica analisada ao longo desse artigo manifesta-se, ainda, no seguinte trecho:

Alguém já disse, com razão, que o sistema político da democracia de 46 não deixou herdeiros mas órfãos. Será isto também verdade para a esquerda? Como se definem aqueles que Gramsci nomeava como os “intelectuais orgânicos” da classe operária em relação ao seu próprio passado? Se eles preferem assumir a responsabilidade de sua própria história, ou seja, se eles preferem definir-se como “herdeiros”, o problema que inevitavelmente se coloca em face das questões do presente de uma esquerda perplexa e desvinculada da classe operária, é o de uma avaliação crítica da herança recebida.

“As perguntas cruciais de uma etapa como esta são por demais clássicas para serem desconhecidas: a que herança renunciamos? Com que parte da herança devemos ficar? Aos herdeiros cabe ajustar contas com o passado pelo qual são responsáveis. Os órfãos não têm evidentemente nenhuma pergunta a fazer. Assustados com o mundo hostil do presente, incapazes de formular qualquer pergunta sobre o futuro, o que pedem é apenas serem esquecidos.”<sup>39</sup>

O uso da palavra *órfãos* esvazia o conteúdo que o vocábulo herdeiros poderia assumir: de fato, o esvaziamento faz-se necessário por ser esse um tempo diferente, em que os símbolos do nacionalismo já seriam anacrônicos e pouco úteis na luta pela democracia. Os artigos foram escritos com o primeiro surto de greves no ABC paulista, iniciados em 1978. Não à toa, foram muitos os intelectuais que, compartilhando a interpretação de Weffort, enxergaram no movimento um novo sindicalismo, e nele participaram ativamente, levando consigo suas narrativas que explicavam o que era e para onde deveria ir o país.

## 5. As narrativas da Escola Paulista e a formação política do Brasil contemporâneo

Essas narrativas foram forjadas em três experiências, as quais eram diversas e por vezes contraditórias – para que não o fossem, deveriam ser apenas narrativas, e não também experiências – mas também entrelaçadas entre si e complementares na elaboração de uma visão de mundo que negava o

39. WEFFORT, F. C. Democracia e movimento operário. Parte III. In: Revista de Cultura & Política. São Paulo: Global Editora; Cedec. Ano 1, nº 1, agosto de 1979, p. 18.

nacionalismo-desenvolvimentista, ao deslocar seus significados, ao submeter seus conceitos a valências distintas e ao elaborar uma chave de interpretação histórica radicalmente distinta daquela do ISEB. Essa visão se tornaria predominante no Brasil nas décadas que se seguiram, quando foram submetidas, não se tenha dúvida, a novas experiências políticas. Certamente, por exemplo, a mudança na dinâmica da transição democrática que ocorreu entre 1982 e 1984, quando a oposição que lograra chegar ao poder nos estados do Sudeste<sup>40</sup> e mesmo no governo federal, assumiria a condução ao novo regime político.

É inegável, contudo, a relação do novo regime com as interpretações oriundas da crítica ao regime militar que aqui foram analisadas. Diga-se, por exemplo, a intensa participação dos referidos intelectuais na fundação dos dois principais partidos na atualidade brasileira, o PT e o PSDB. Ambos, não à toa, de origem paulista. Esse fato se relacionaria com a ampliação do poder político de São Paulo, que na República de 1946 não exercia poder político condizente com o dinamismo de sua economia? Por enquanto, o que o presente trabalho pretende apresentar é apenas o fato de que a crítica ao regime militar, no referido meio acadêmico, não pode ser compreendido sem sua relação intrínseca com o posicionamento que esses intelectuais tinham perante o nacionalismo-desenvolvimentista.

De que maneira somos tributários ou negamos essas experiências? Distintas entre si, elas retomaram, em diversos momentos, as mesmas referências conceituais e narrativas constituídas na década de 1950, e atualizaram sua perspectiva aos desafios que o mundo político colocava. Ao mesmo tempo, moldavam referências e identidades que orientariam sua ação política a partir da negação da República que havia sido deposta em 1964 e de seus principais signos políticos.

O lugar histórico do conceito de desenvolvimento confere a este uma importância para a formação política do Brasil moderno que corre o risco de ser ignorado se o conceito for contemplado pela ótica exclusivamente econômica. Pode-se dizer hoje que o nacionalismo-desenvolvimentista se mantém vivo. Tanto por meio da valorização do conceito de desenvolvimento, presente inclusive na Constituição de 1988, como por meio das teses nacionalistas e das forças políticas que reivindicam a herança da República de 1946. Mas quais significados ele hoje carrega, e qual a consequência disso para a ordem política que começa a estabelecer-se na década de 1980? Ou ainda, que significado tem o conceito de desenvolvimento no ordenamento político atual? Para responder a essa pergunta, é importante que se leve em consideração, também, os discursos que orientaram sua formação, alguns dos quais forjados nos trabalhos dos intelectuais paulistas aqui analisados e cujas interpretações assumiram não pouca importância no país. §

40. Sobre o papel dos governadores na transição, ver ABRUCIO, F. L. Os barões da federação. Os governadores e a redemocratização brasileira. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.

## Referências bibliográficas

- ABRUCIO, F. L. *Os barões da federação. Os governadores e a redemocratização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2002.
- FERREIRA, J. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_. *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GUIMARÃES, C. Vargas e Kubitschek: A longa distância entre a Petrobras e Brasília. In: CARVALHO, M. A. R.; LESSA, R. *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2001.
- BARBOSA, L. M. *Crise e transição na Revista de Cultura & Política (1978-1982): uma análise do momento da Abertura*. PUC-Rio: Dissertação de mestrado. Agosto de 2010.
- CARDOSO, F. H. A questão da democracia. In: \_\_\_\_\_. *Autoritarismo e democratização*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. O desenvolvimento na berlinda. In: \_\_\_\_\_. *As ideias e o seu lugar: ensaios sobre as teorias do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1980.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.
- IANNI, O. Processo político e desenvolvimento econômico. In: \_\_\_\_\_. *Política e revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- \_\_\_\_\_. *O colapso do populismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- JAGUARIBE, H. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura; Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.
- MAIA, J. M. E. Esquerda e Escola Paulista de Sociologia: um itinerário sociológico do conceito de 'populismo' no Brasil. In: *Teoria & Sociedade*. N° 10, jul.-dez. de 2002.
- MICELI, S. Condicionantes do desenvolvimento das ciências sociais. In: MICELI, S. (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Vertice, 1989.
- OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 4. ed. Petrópolis. Editora Vozes; Cebrap, 1981.
- PAIVA, V. P. *Paulo Freire e o nacionalismo-desenvolvimentista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- PÉCAUT, D. *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação*. São Paulo: Ática, 1990.
- SORJ, B. *A construção intelectual do Brasil: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- VIANNA, L. W. *A revolução passiva no Brasil: iberismo e americanismo no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- \_\_\_\_\_. Weber e a interpretação do Brasil. In: SOUZA, J. *O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira*. Brasília: Editora UNB, 1999.
- WEFFORT, F. C. Democracia e movimento operário. Parte I. In: *Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: Editora Global; Cedec. Ano 1, n° 1, julho de 1978.
- \_\_\_\_\_. Democracia e movimento operário. Parte III. In: *Revista de Cultura & Política*. São Paulo: Global Editora; Cedec. Ano 1, n° 1, agosto de 1979.
- \_\_\_\_\_. Estado e massas no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_. O populismo na política brasileira. In: \_\_\_\_\_. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

## Periódicos

- Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: Editora Global; Cede. Ano 1, n° 1, julho de 1978.
- Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: Cedec; Paz e Terra. Ano 1, n° 2, janeiro de 1979.

Recebido em março de 2011

e aprovado em julho de 2011